



Câmara Municipal de Portalegre

Ata Nº 1

Aos dez dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, neste concelho de Portalegre e na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho compareceram: Maria Adelaide de Aguiar Marques Teixeira, Presidente da Câmara Municipal, Nuno Gonçalo Franco Lacão, João Nuno Cativo Cardoso, Armando Jorge Mendonça Varela, Luís Manuel Madeira Pargana, Artur Jorge Coelho Correia e Ana Sofia Miguéns, em substituição do Vereador José Correia da Luz, nos termos do art.º 78 da Lei 169/99, de 18 de setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro na qualidade de Vereadores, para realizarem a reunião Ordinária de Câmara. -----

Estiveram presentes os seguintes dirigentes e trabalhadores: Sérgio Campos, Chefe de Gabinete da Senhora Presidente, José Calha, Chefe da Divisão de Obras e Ambiente, Cláudia Capote, Chefe da Divisão de Ordenamento, Planeamento e Gestão Urbanística, José Manuel Gandum, Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças e Maria João Miranda assistente técnica tendo a reunião sido secretariada pelo Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças, José Manuel Figueiredo Gandum. -----

ABERTURA DA REUNIÃO: Pela Senhora Presidente foi a reunião declarada aberta eram 9.46 horas, passando a Câmara Municipal a tratar os assuntos constantes da ordem de trabalhos: -----

A. Substituições

O Senhor Vereador José Correia da Luz fez-se substituir, nos termos do artigo 78.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, a Exma. Senhora Vereadora Ana Sofia Miguéns, nos termos do estabelecido pelo n.º1 do art.º 79.º daquele diploma. -----

A Câmara Municipal nos termos da alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou considerar justificada a falta dada pelo membro atrás referido.- ---

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Senhora Presidente** iniciou a reunião a cumprimentar todos os Vereadores, os técnicos da Câmara, os funcionários e o público presente, e tomou a palavra: " Quero chamar



Câmara Municipal de Portalegre

a atenção para uma situação que está a ser recorrente, que tem a ver com facto a situação que é preocupante do Hospital Dr. José Maria Grande, Hospital Distrital de Portalegre que tem estado sem médico de triagem já há algum tempo e como sabemos, pela comunicação social não foi só durante quatro horas, mas há mais de uma semana que estamos sem médico de triagem. Temos perdido algumas valências, temos tido aqui queixas de alguns utentes, é penas que os mesmos não as têm feito por escrito e a partir de agora vou pedir que sejam por escrito, para chegarem à ULSNA. A questão que apareceu ontem na Assembleia na República e também na televisão que na altura do ano novo, foi necessário a Diretora Clínica ir para as urgências do Hospital para fazer a triagem. Estamos a falar de um Hospital Distrital que é um hospital de referência para todo o distrito e exigimos que estas questões sejam analisadas com o cuidado que deve ser e haja respostas eficazes e eficientes. Tendo em atenção que o nível etário das pessoas é extremamente elevado, e há falta de muitos médicos especialistas. Nós sabemos que é difícil trazer médicos para o interior do país, mas também percebemos que há outros hospitais onde isto não acontece. Pretendemos que haja aqui uma atenção diferente, uma vez que a Câmara apesar de não fazer parte dos órgãos sociais da ULSNA tem de zelar pela qualidade de vida dos concidadãos e é nesse sentido que a câmara tem que estar atenta. -----

O Senhor Vereador com o pelouro da saúde tem estado atento e tem trazido aqui também alguns assuntos e tentado resolver junto da ULSNA. -----

Há outra questão que nos preocupa, que tem a ver com a falta de médicos nos Centros de Saúde. O médico do Centro de Saúde de Alegrete é retirado para ir para outro Centro de Saúde. Temos de arranjar uma forma de esta situação ser colmatada sob pena de um a dia termos algum problema mais grave."-----

Tomou a palavra a Senhora Vereadora Ana Miguéns: "Como sabem eu trabalho na Unidade Local de Saúde do Norte Alentejo e tenho a noção das coisas, a notícia que veio a público não é verdadeira, não tivemos uma semana sem médico, tivemos quatro horas e meia sem médico, durante aquele período de ano novo. Neste momento, e devido a um esforço enorme das pessoas que têm responsabilidade na área, já temos a escala da urgência completa até março, com uma equipa que é boa, tendo a empresa prestadora de serviços terminado o seu contrato a 31 de dezembro de 2017, sendo que esta situação, vem na sequencia da legislação em vigor, bem como das orientações por parte da tutela, de os hospitais contratarem com os próprios médicos, deixando assim de existirem tantos prestadores de serviços, levando assim, o hospital recrutar alguns médicos à empresa prestadora de serviços, tendo a mesma se descartado da responsabilidade de colocar os médicos durante o período em causa,



Câmara Municipal de Portalegre

sendo que volto a reafirmar que a notícia é falsa. A verdade é que este hospital é uma vez que estamos no fim do mundo não tem uma tarefa fácil em captar médicos, no entanto posso informar que no ano passado, conseguimos integrar novos médicos, de muita qualidade em áreas distintas o hospital, sendo que estas soluções não se conseguem de um momento para o outro. Penso que este problema não acontece só em Portalegre, penso que este tipo de problemas acontecem a nível nacional, sabemos que as urgências são o caos a nível nacional.-----

Deixo aqui um repto para que todos em conjunto possamos lutar, tanto que se fala num Hospital Central para Évora, mais uma vez para Évora, nós aqui no interior temos que tentar captar o hospital central para Portalegre. Mas dizem nós não temos todas as especialidades, passamos a ter. Porquê Évora? Se Évora está a 100 quilómetros de Lisboa e porque não para Portalegre? Quando conseguimos abarcar Castelo Branco e todas as regiões do interior. Deixo aqui este repto, não sei será impossível, pelo menos devemos lutar para que o Hospital Central venha para Portalegre." -----

Tomou a palavra a Senhora Presidente e disse: "a Câmara Municipal de Portalegre, tem a Herdade das Coutadas que foi comprada exatamente para esse fim, para colocar um Hospital Central em Portalegre, e a Escola da GNR, eram dois grandes objetivos. Por vontade do Município já estaria feito, mas tem a ver também com questões políticas e infelizmente o que temos assistido nas últimas décadas é que não há interesse em que o Hospital de Portalegre melhore e a prova disso foi a retirada do sétimo piso e a retirada de algumas especialidades, deste hospital e transferidas para outros hospitais. Devemos mostrar a nossa indignação relativamente a este processo e ao mesmo tempo mostrar a nossa indignação. Uma prova disso é que o Município está a reunir condições para a fixação de médicos e a prova disso é a disponibilização de algumas casas para que os médicos se fixem em Portalegre".-----

Tomou a palavra o Vereador Luís Pargana: " Esta questão, é uma questão que começa a ser recorrente, a sua vinda aos Órgãos Autárquicos. Se, por um lado, é positivo que os Órgãos Autárquicos (quer a Câmara Municipal quer a Assembleia Municipal) se pronunciem sobre o funcionamento das entidades públicas que prestam serviços fundamentais à população, nomeadamente na área da saúde, não deixa de ser penoso o motivo pelo qual esta discussão é feita, que surge na sequência de problemas graves ao nível do atendimento público que os serviços de saúde prestam à população de Portalegre. Tivemos recentemente a notícia da falta de especialistas em áreas fundamentais, ginecologia, obstetrícia, ortopedia, tivemos a situação grave da impossibilidade de atendimento de urgências a grávidas que tinham que se deslocar ou para Évora ou Elvas, e agora temos a questão de falta de médicos, no serviço de



Câmara Municipal de Portalegre

triagem de urgência, que é um serviço absolutamente essencial e que tem de funcionar de forma ininterrupta. Isto de facto é um problema que tem de ser acompanhado pelos Órgãos Autárquicos, não apenas discutindo, no nosso seio, mas intervindo diretamente junto das entidades com responsabilidade ao nível da gestão e essa intervenção deve ser permanente, sendo através de ofício, telefonemas diários se necessário, com a presença, envolvimento e intervenção da Presidente de Câmara, bem como do Vereador da Saúde, que eu sei que o tem feito. A gravidade das ocorrências, justificam um pedido de reunião urgente ao Senhor Ministro da Saúde, é a minha opinião, porque de facto, disse-o a Senhora Vereadora e eu concordo, este é um problema de sistema e de decisão política que está a afetar a população de Portalegre, está a levar ao desmantelamento do Hospital Distrital de Portalegre, a senhora vereadora referiu aqui a reivindicação que eu subscrevo com a maior facilidade, mas antes de reivindicarmos a instalação do Hospital Central em Portalegre temos que reivindicar e batermo-nos por não perder o Hospital Distrital, mas é isso que está a acontecer, estamos a perder o Hospital Distrital ao nível da qualidade da sua resposta, estamos a perder profissionais, porque mais uma vez o sistema, ou seja as políticas nacionais de saúde, fazem com que a contratação de médicos seja muitas vezes um leilão de profissionais, que prejudica em primeiro lugar (às vezes por meras diferenças de dois ou três euros no pagamento da hora do serviço prestado) zonas do interior como é o caso de Portalegre e ainda mais, quando se dividem os recursos no âmbito de uma ULSNA que já se provou que está geograficamente desadequada nomeadamente entre Portalegre e Elvas, ou seja, antes de nos batermos com Évora, pelo Hospital Central em Portalegre temos de nos bater com Elvas, pela manutenção do Hospital Distrital de Portalegre, esta é uma situação de grande gravidade, eu diria que estamos neste momento na encruzilhada decisória sobre o que é que vai ser o Hospital de Portalegre e estamos a perder a batalha, estamos a perder a batalha... e só não a perderemos se houver de facto uma intervenção permanente, ativa e se necessário mobilizadora das populações por parte das autarquias, temos de passar da moção que é importante, à ação prática, só assim conseguiremos defender o nosso hospital e neste momento, volto a dizê-lo, parece-me que o estamos a perder."-----

Tomou a palavra o Vereador Armando Varela: "Muito Bom dia a todos, eu começava por saudar esta intervenção por parte da Vereadora Ana Miguéns e acho que, faz todo o sentido, temos de aprender com o tempo e o Portugal que temos hoje, não é o Portugal que nos gostaríamos de ter, é o Portugal que temos. E nesta matéria, faz sentido que algumas das intervenções estratégicas, nós possamos abandonar a lógica das moções e eventualmente perceber aquilo que melhor faz falta ao país, e de facto



Câmara Municipal de Portalegre

Portalegre é a única capital de distrito não servida por autoestrada, temos uma rede de caminho-de-ferro que nós sabemos a que é, onde se chega ao meio dia e páte-se às 16H e é ficar satisfeitos, porque há quatro meses nem assim era e talvez esse fosse um desígnio que viesse reajustar a forma como os portugueses têm acesso aos serviços básicos de saúde, deixando a ideia de ter um hospital central do Alentejo, mas colocando-o numa zona que é estratégica para Portugal e que também é central se percebermos que estamos a norte de Évora, a leste de Santarém a Oeste da Estremadura Espanhola e a sul da Beira Baixa, acho que é um bom repto e um bom desafio que nos deve envolver a todos, começando por envolver os partidos que têm responsabilidades partidárias em sede de Assembleia da República e estou convicto que poderão ter a coragem para fundamentar e reivindicar o investimento com estas características. Apesar do exagero da comunicação social, mas uma coisa parece inequívoca, temos tido problemas reiterados e sistematicamente de falta de capacidade para recrutar médicos para Portalegre, isso é visível quer naquilo que é a triagem ao nível dos serviços de urgência quer ao nível de algumas especialidades mesmo na urgência e nesta matéria, eu penso que o Estado português, o Ministério da Saúde a primeira responsabilidade que tem é ser justo e tratar todos os portugueses da mesma forma, nos não temos uma taxa de IRS diferenciada pelo facto de pagarmos impostos no distrito de Portalegre, o Estado Português tem a obrigação de tratar todos os portugueses da mesma forma, quer vivam em Lisboa, no Porto, em Portalegre ou em Freixo de Espada à Cinta. O que aqui nos devemos interrogar é se o modelo que nós temos neste momento é o modelo que mais se adequa à realidade do país, como sabem este modelo da ULSNA e das unidades de saúde familiar por vezes não se entende muito bem quem é responsável pelo quê, porque para umas coisas a responsabilidade é do Ministério da Saúde, para outras é da ULSNA, para outra é da USF, e no meio disto tudo os pobres dos munícipes não querem muito bem saber de quem é a responsabilidade, querem saber é se morrem mais cedo ou se morrem mais tarde, e nesta matéria temos que nos interrogar se a opção que foi feita por um governo do Partido Socialista, no governo de 2005/2009, quando era Primeiro Ministro, o Eng. José Sócrates, se foi uma opção correta, aparentemente era uma opção correta.-----

A distância no tempo permite-nos perceber que há coisas que de facto funcionam melhor, mas este modelo deve ser revisto e na realidade, esta escala, deveria permitir mais eficiência, mas o que nós não podemos é ouvir a justificação que não conseguimos contratar médicos, ou que há médicos que ganham mais três euros por hora em outro hospital, mas que afinal o patrão é o mesmo, que é o Estado. Como é que o Estado faz concorrência ao próprio Estado? Devemos questionar este modelo



Câmara Municipal de Portalegre

que foi decidido em 2006/2007 que aparentemente e que situações devem ser melhoradas. Acredito que o maior envolvimento das Câmaras Municipais, em todas as áreas da governação, pela proximidade que têm das populações pode resultar melhor em benefício das pessoas. Devemos deixar de ter uma atitude passiva nesta matéria e possuir capacidade de exigência perante o Governo. Nunca se recorda de ter existido uma carga tão acentuada de impostos, diretos ou indiretos sobre a população, portanto devemos exigir ao Governo de Portugal que assuma as suas responsabilidades."-----

Tomou a palavra a Senhora Presidente: "Relativamente ao repto lançado congratulome com ele e dizer que estamos disponíveis e temos o terreno livre para a localização do novo Hospital. Deve a ULSNA arrancar com esse projeto e estaremos ao lado para apoiar e encontrar soluções."-----

Não havendo outros pedidos para intervir, a Senhora Presidente deu por encerrado o período antes da ordem do dia e conduziu os trabalhos da reunião para o período da intervenção do público.-----

II - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Tomou a palavra o Senhor Carlos Jorge Figueira: "Sou oficial do Exército e residente na Quinta de Santa Maria, localizada na Rua da Carreira em frente à fonte das Pintainhas, na União das Freguesias de Reguengo e São Julião. Começo por cumprimentar a digníssima mesa na pessoa da Senhora Presidente e todos os Vereadores, assim como o público presente."-----

A razão que me traz aqui é o seguinte: eu fiz uma reconstrução da Quinta de Santa Maria, tive imensas dificuldades na reconstrução ao longo do processo a Câmara foi bastante inflexível, no que respeita à reconstrução e à obra, mas conseguiu-se reconstruir. Todavia há uma parte tenho tido algumas dificuldades pois pedi uma audiência à Senhora Presidente com intenção de solicitar apoio para reconstrução da referida entrada que dá acesso à quinta, que é responsabilidade da autarquia. Fui informado pelo Engenheiro Calha que neste momento não era possível a restauração.- A questão que quero colocar é que para quando é que é possível a pavimentação do local?"-----

Tomou a palavra a Senhora Presidente: "Recordo-me desta situação, nós só temos um calceteiro e priorizamos as situações que temos e que são muitas. Vou ver com o Vereador do Pelouro e com o Engenheiro Calha qual a prioridade. Vamos tentar ser o



Câmara Municipal de Portalegre

mais celebre possível nesta situação, Não lhe consigo dar aqui uma data de imediato, e pedia ao Senhor Vereador e ao Chefe de Divisão para que tenham em atenção esta situação e que sejam breves na resposta que esta a ser solicitada neste momento". ----

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GAP- GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

1 - Pela Senhora Presidente, foi presente a convocatória para nomeação de membros para integrar a Comissão Consultiva do processo de elaboração do programa especial do parque Natural da Serra de S. Mamede.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, nomear o Vereador João Cardoso, a Engenheira Cláudia Capote e a Arquitecta Maria de Jesus, para integrar a comissão consultiva do processo de elaboração do programa especial do parque Natural da Serra de S. Mamede. -----

2 - Pela Senhora Presidente foi presente, ofício do Diretor Geral da Valnor, Engº Sérgio Bastos a comunicar a Cessação de funções e agradecer a colaboração. – Para conhecimento -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3 - Pela Senhora Presidente foi presente ofício da ULSNA a solicitar o envio das queixas relativas ao funcionamento do Hospital Dr. José Maria Grande, rececionadas neste município.-----

A **Senhora Presidente** referiu que a maior parte das queixas são feitas oralmente, aquando dos atendimentos, mas que a partir de agora irá pedir aos Municípes que o façam por escrito, sedo a maioria pessoas de certa idade. *"Tanto eu como o Vereador da Saúde fizemos chegar estas queixas ao Presidente da ULSNA. A maioria destas queixas eram relativas à ausência de médicos nas extensões de saúde. Estranhei ainda, o facto da correspondência enviada ao cuidado do Senhor Presidente da ULSNA ter sido devolvida com a justificação que a mesma deveria ser apenas remetida à ULSNA".-*

Tomou a Palavra o Vereador Luís Pargana: *" Só queria expressar a minha estranheza, pelo modo de relacionamento entre duas entidades, que é o Conselho de Administração da ULSNA e o seu Presidente e a Câmara Municipal de Portalegre e a sua Presidente. Não faz sentido que a Presidente de uma câmara Municipal dirija um*



Câmara Municipal de Portalegre

ofício ao Presidente da Unidade de Saúde Local do Norte Alentejano e que esse ofício seja devolvido por estar mal endossado, que não deve ser remetido ao Presidente da ULSNA, mas sim à ULSNA. O próprio Código do Procedimento Administrativo em extremo, responsabiliza a entidade recetora. Parece-me que seja uma atitude política de desrespeito entre órgãos". -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, remeter todas as queixas escritas rececionadas neste Município à ULSNA.

4 - *Pela Senhora Presidente foi presente, e-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter Projeto de resolução n.º 1204/XIII/3ª – Pela Defesa e Proteção Integrada da Bacia Hidrográfica do Tejo. – Para conhecimento -----*

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

5 - *Pela Senhora Presidente foi presente, e-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter projeto de Resolução n.º 1207/XIII-3ª- sobre " Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Tejo". – Para conhecimento-----*

Tomou a palavra o Senhor Vereador Luís Pargana: *" A minha intervenção é relativa a estes três pontos que vêm à Câmara para conhecimento. Dois deles são projetos de resolução, de dois partidos diferentes, mas que integram a CDU, sobre a questão da bacia hidrográfica do Tejo e o outro projeto de resolução relacionado com o problema da seca, que afetou Portugal em geral, incluindo Portalegre e o Alentejo em particular. Estas iniciativas dizem respeito diretamente à nossa região e a problemas que nos afetam, basta ver que o distrito de Portalegre é atravessado quer pelo rio Tejo, quer pelo rio Guadiana, são recursos essenciais em termos de recursos hidrográficos e com importância extrema para a nossa região, ao nível da produção agrícola, mas não só. Penso que para além de ser dado conhecimento à câmara devia haver a preocupação de dar feedback aos grupos parlamentares que nos dão a conhecer as suas iniciativas, da posição que a Câmara tem e que é unânime, que são questões essenciais para nós portalegrenses e ainda bem que são discutidas nos órgãos de soberania, nomeadamente na Assembleia da República."-----*

Tomou a palavra a Senhora Presidente: *" Claro que sim, Senhor Vereador aceito perfeitamente e era minha intenção fazê-lo. Relativamente a estas questões, referir a apresentação da barragem do Pisão que também se relaciona com estas medidas de combate à seca. Durante muitos anos defendemos a barragem do Pisão, como sendo uma barragem para regadio de nove mil hectares, mas a verdade é que hoje a barragem do Pisão, tem um significado diferente, tendo em conta, aquilo que vai ser o futuro, no que respeita a pluviosidade e não podemos estar à mercê daquilo que é o*



Câmara Municipal de Portalegre

destino, se chove ou não chove. Temos de ser nós a tomar as rédeas desse destino, como outros países o fizeram. Estamos a falar de uma barragem que pode servir para abastecer água à população, daí a pertinência na construção da mesma. -----

Já agora, queria dar-vos conta que ontem na reunião da Comunidade Intermunicipal, foi constituído um grupo que irá fazer um trabalho para ser apresentado ao Senhor Ministro da Agricultura, Ministro do Ambiente e Senhor Primeiro Ministro, relacionado com esta matéria. O Município de Portalegre é parte integrante deste grupo, bem como outros Municípios e entidades que se quiseram associar." -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

6 - Pela Senhora Presidente foi presente, e-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter "Medidas de Combate à Seca", apresentadas ao Governo. – Para conhecimento -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

7 - Pela Senhora Presidente foi presente, e-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter Declaração Política sobre degradação dos serviços públicos, nomeadamente nos CTT e nos Transportes. – Para conhecimento -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

8 - Pela Senhora Presidente foi presente, e-mail do Espaço Visual a solicitar apoio para a realização de Sessão de esclarecimentos sobre Pistácio – Uma oportunidade com futuro. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, apoiar o Espaço Visual com a cedência de um espaço para a realização do evento, a título gratuito por considerar o mesmo de interesse municipal. -----

SMAT – Serviços Municipalizados de Águas e Transportes

9 – Presente resumo Diário de Tesouraria retirado no dia 03 de janeiro de 2018: Operações Orçamentais – 819.019,55€ (Oitocentos e dezanove mil, dezanove euros e cinquenta e cinco cêntimos). -----

Operações de Tesouraria – 66.116,96€ (Sessenta e seis mil, cento e dezasseis euros e noventa e seis cêntimos). -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



DAGF - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS

Serviço de Finanças – Contabilidade

10 – Presente resumo Diário de Tesouraria retirado no dia 04 de janeiro de 2018: Operações Orçamentais – 370.392,79€ (Trezentos e setenta mil, trezentos e noventa e dois euros e setenta e nove cêntimos). -----

Operações de Tesouraria – 113.182,94€ (Centro e treze mil, cento e oitenta e dois euros e noventa e quatro cêntimos). -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

Serviço Finanças – Património

11 – Pela Senhora Presidente foi presente, anúncio do Direito de preferência do prédio sito na Avenida Vitorino Nemésio, n.º 22-A e Rua Dr. Galiano Tavares, n.ºs 1 e 3 em Portalegre.- Para ratificar-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar nos termos e para os efeitos do disposto no n.º3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o despacho da Senhora Presidente, de 22 de dezembro de 2017, que determinou não exercer o direito de preferência. -----

Serviço de Apoio Jurídico

12 – Pela Senhora Presidente foi presente, Projeto de Código Regulamentar do Município de Portalegre - Proposta de designação do responsável pela direção do procedimento regulamentar. -----

A **Senhora Presidente** informou que está relacionado com a compilação do procedimento de taxas e licenças e propôs para integrar este procedimento o Vereador João Nuno Cardoso. -----

Tomou a palavra a Senhora Vereadora Ana Miguéns: " *Só queria colocar uma questão relacionada com o facto de ter sido contratado uma sociedade de advogados, uma vez que existe um gabinete jurídico na Câmara, com pessoas válidas que poderiam perfeitamente fazer esse regulamento interno de taxas*". -----



Câmara Municipal de Portalegre

Tomou a palavra a Senhora Presidente: " Neste momento só temos uma jurista na Câmara. Este foi um procedimento lançado através da Comunidade Intermunicipal, para todos os Municípios. Nós aqui estamos a fazer o acompanhamento".-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com abstenções dos Vereadores Ana Miguéns e Artur Correia, nomear o Vereador João Cardoso, o responsável pela direção do procedimento regulamentar. -----

DCJDASE - DIVISÃO DA CULTURA, JUVENTUDE, DESPORTO, ASSUNTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

Serviço de Cultura

13 – Pela Senhora Presidente foi presente e-mail do Centro de Emprego e Formação Profissional, a solicitar a cedência gratuita do grande auditório do CAEP, dias 8 e 9 de fevereiro, para realização de uma conferência Internacional.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do auditório para o dia 8 e 9 de fevereiro de 2018. Mais foi deliberado, por unanimidade, isentar o pagamento das taxas por considerar o mesmo de manifesto interesse municipal. -----

14 - Pela Senhora Presidente foi presente, informação de cedência gratuita do auditório do Museu da Tapeçaria e visita para um grupo, solicitada pela DAP – Associação de Desporto e Aventura de Portalegre, no dia 13 de janeiro, integrado nas Jornadas de Trail Running no dia 13 de janeiro de 2018. – Para ratificar-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar nos termos e para os efeitos do disposto no n.º.3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o despacho da Senhora Presidente, de 4 de janeiro de 2018, que autorizou o pedido. Mais foi deliberado, por unanimidade, isentar o pagamento das taxas por considerar o mesmo de manifesto interesse municipal. -----

Serviço de Educação

15 – Pela Senhora Presidente foi presente, e-mail da DGESTE a remeter protocolo de fornecimento de refeições escolares/Pré-escolar e 1.º Ciclo. -----



Câmara Municipal de Portalegre

Tomou a palavra o Senhor Vereador Luís Pargana – “ É um acordo que normalmente é feito todos os anos, para formalizar a relação entre a DGESTE e a Câmara Municipal, no âmbito das competências que são cometidas às autarquias, ao nível do fornecimento de refeições escolares”.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo de fornecimento de refeições escolares a crianças da Educação Pré-escolar / alunos do 1º ciclo do ensino básico.-----

DIVISÃO DE ORDENAMENTO, PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA

Serviço de Ordenamento, Planeamento, Gestão Urbanística e Licenciamento

16 – Pelo Vereador João Cardoso foi presente, processo n.º 6/2017, de Resort Sénior Belo Horizonte, Lda. referente ao pedido de informação prévia n.º 5177/17 para alteração de habitação e construção de edifício, (equipamento de apoio a idosos), na Rua das Fontainhas, n.º 32-A, Freguesia de Fortios. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento, e deliberou por unanimidade, a rejeição liminar nos termos da presente informação. -----

Serviço de Estudos e Projetos

17 – Pela Senhora Presidente foi presente, informação para aprovação da prorrogação do prazo para entrega das propostas da empreitada de Recuperação, valorização e ampliação do Museu da Tapeçaria Guy Fino, nos termos do art.º 64.º do Código dos Contratos Públicos, até ao dia 15 de janeiro de 2018 – Para ratificar -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar nos termos e para os efeitos do disposto no n.º3 do art.º 35.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, o despacho da Senhora Presidente, de 05 de janeiro de 2018, que aprovou a prorrogação do prazo até dia 15 de janeiro de 2018.-----

18 - Pelo Vereador Armando Varela foi presente, informação a propor a emissão de declaração reconhecendo o mérito da pretensão apresentada pela EDF EN Portugal, Unipessoal, Lda., através da carta de 14 de dezembro 2017, referente à construção e exploração de um Parque Fotovoltaico na Freguesia de Fortios, numa área de 40 hectares. -----



Câmara Municipal de Portalegre

Tomou a palavra o Senhor Vereador Armando Varela que esclareceu: " Esta empresa foi constituída em Portugal em 2001, tem aqui ligações com um grupo francês ligado á produção e gestão da energia, e aquilo que está em causa é a possibilidade de instalar um parque de produção de energia a partir de painéis fotovoltaicos, na Freguesia de Fortios, numa área de 40 hectares, num terreno limpo, disponível para esta instalação, seja em painéis fixos ou em painéis direcionais. Este terreno está inserido na Rede Natura 2000, neste momento inicia-se o processo com a declaração emitida pela Câmara a reconhecer o interesse neste investimento, a perspetiva é de ligação à sub-estação de São Vicente, perto da Selenis e que tem uma capacidade de receção de 11,7MW. A partir deste momento decorrerá o processo normal junto das entidades, junto da Direção Geral de Energia e Geologia, também a necessidade de um estudo de impacto ambiental, sendo que estamos a competir por esta instalação juntamente com outros locais no país, sendo que o principal obstáculo no momento, não é tanto a vontade do proprietário do terreno, não é a vontade do investidor, não é a vontade da Câmara Municipal de Portalegre é sobretudo o entendimento da forma como o Estado Português venha a democratizar estas oportunidades de investimento e que de certo podem contribuir para um país e um planeta mais limpo."-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão da declaração solicitada nos termos propostos na referida informação da DOPGU.-----

19 – APROVAÇÃO EM MINUTA

De acordo com o disposto n.ºs 3 e 4 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

20 – ENCERRAMENTO DA REUNIAO

E não havendo mais assuntos a tratar, pela Senhora Presidente foi encerrada a reunião, eram 10.50 horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, José Manuel Gandum, que a secretariei. -----



Câmara Municipal de Portalegre

A Presidente da Câmara _____

O Secretário _____